

Truque contábil fraudava orçamento da educação

Governo estadual usa um artifício de contabilidade para gastar menos do que o mínimo determinado pela Constituição

Regina Eleutério

Um recurso contábil permitiu que o Governo do estado descumprisse a Constituição estadual sem que isso fosse notado na análise das contas. Graças a um expediente de contabilidade o Governo demonstrou — pelo menos no papel — que, em 95, aplicou em educação o percentual determinado pela Constituição estadual. Na verdade, os recursos aplicados ficaram abaixo dos 35% previstos em lei. Isso porque parte das despesas incluídas na prestação de contas nunca chegou a ser paga — tanto que, quase um ano depois, suas verbas foram canceladas pelo decreto 22.696 de 19/11/96.

O mecanismo que permitiu ao Governo ter suas contas de 95, no que se refere ao percentual aplicado em educação, aprovadas sem ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) atende pelo nome de Restos a Pagar. Nessa rubrica entram compromissos assumidos num exercício, mas cujo pagamento fica para o ano seguinte. Os negócios que não se concretizam têm seu pagamento cancelado, mas do compromisso ao cancelamento em Diário Oficial leva-se quase um ano. Quando o decreto sai, as contas normalmente já foram julgadas.

Assim, na prestação de contas de 1995, consta que a despesa realizada pela Secretaria de Educação foi de R\$ 978.787.306,92. Dessa verba, porém, segundo informações da própria Secretaria, R\$ 125.557.000,00 não chegaram a sair do caixa do Governo e, por isso, foram cancelados pelo decreto. Ao se descontar esse valor do total que o Governo declarou ter aplicado em educação em 95, o percentual efetivamente usado cai para 32,5%.

A queda, na verdade, pode ser maior, já que as verbas da Secretaria naquele ano equivalem a 66% dos gastos com educação. O restante inclui repasses à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à Universidade do Norte Fluminense (Unf), à Fundação de Amparo à Pesquisa (Faperj), à Secretaria de Cultura e à Fundação de Apoio à Escola Pública (Faep). Procurados pelo GLOBO, a Uerj, a Secretaria de Cultura e o subsecretário de Planejamento, Antônio Carlos Pinheiro, informaram que a Secretaria de Fazenda é que tinha detalhes sobre os Restos a Pagar cancelados. Durante quatro dias, o GLOBO tentou obter, junto à Secretaria de Fazenda, qual o total de Restos a Pagar de 95, de cada uma das instituições da área de educação, que foi cancelado em 96. Na sexta-feira à noite, a Secretaria limitou-se a informar que não poderia divulgar esses dados e alegou que constavam das contas de gestão. As contas, porém, trazem apenas os Restos a Pagar cancelados de todo o Governo, sem especificar o de cada órgão.

Deputada: Secretaria fere a lei ao incluir gastos com merenda

O que elas mostram é que, do total de R\$ 1,79 bilhão de Restos a Pagar de 95, considerando-se todos os setores do Governo, R\$ 1,48 bilhão (mais de 80%) nunca chegaram a ser pagos. De um ano para outro, os números pouco mudam. Ano passado, a despesa realizada do Governo ficou em R\$ 10,4 bilhões, mas, desse total, R\$ 2,72 bilhões (o equivalente a 26%) são Restos a Pagar. Até

3/06/97, data da publicação das contas do Governo, somente R\$ 156,1 mil desses R\$ 2,72 bilhões já tinham sido processados para pagamento.

Na Secretaria de Educação, mais da metade da despesa do ano passado ficou para ser quitada neste ano. Os Restos a Pagar de 96 somam R\$ 743,4 milhões, superando o que foi pago ano passado (R\$ 664,1 milhões). Para a deputada Heloneida Studart, líder da bancada do PT na Assembleia, que chegou a reunir dados referentes aos gastos com educação em 95 e 96, a perda de recursos é muito maior do que 3%. Ela argumenta que a Constituição determina que 35% da receita de impostos sejam aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o que não ocorre hoje.

— O Governo inclui, em seus gastos, a merenda escolar, mas o parágrafo 3º do Artigo 311 da Constituição estadual é claro ao afirmar que os programas suplementares de alimentação no ensino fundamental serão financiados com recursos de contribuições sociais e de outras dotações orçamentárias. O problema é que a verba também é mal aplicada, pois há lugares, como Vila de Cava, em Nova Iguaçu, que não têm uma única escola pública — afirmou a deputada.

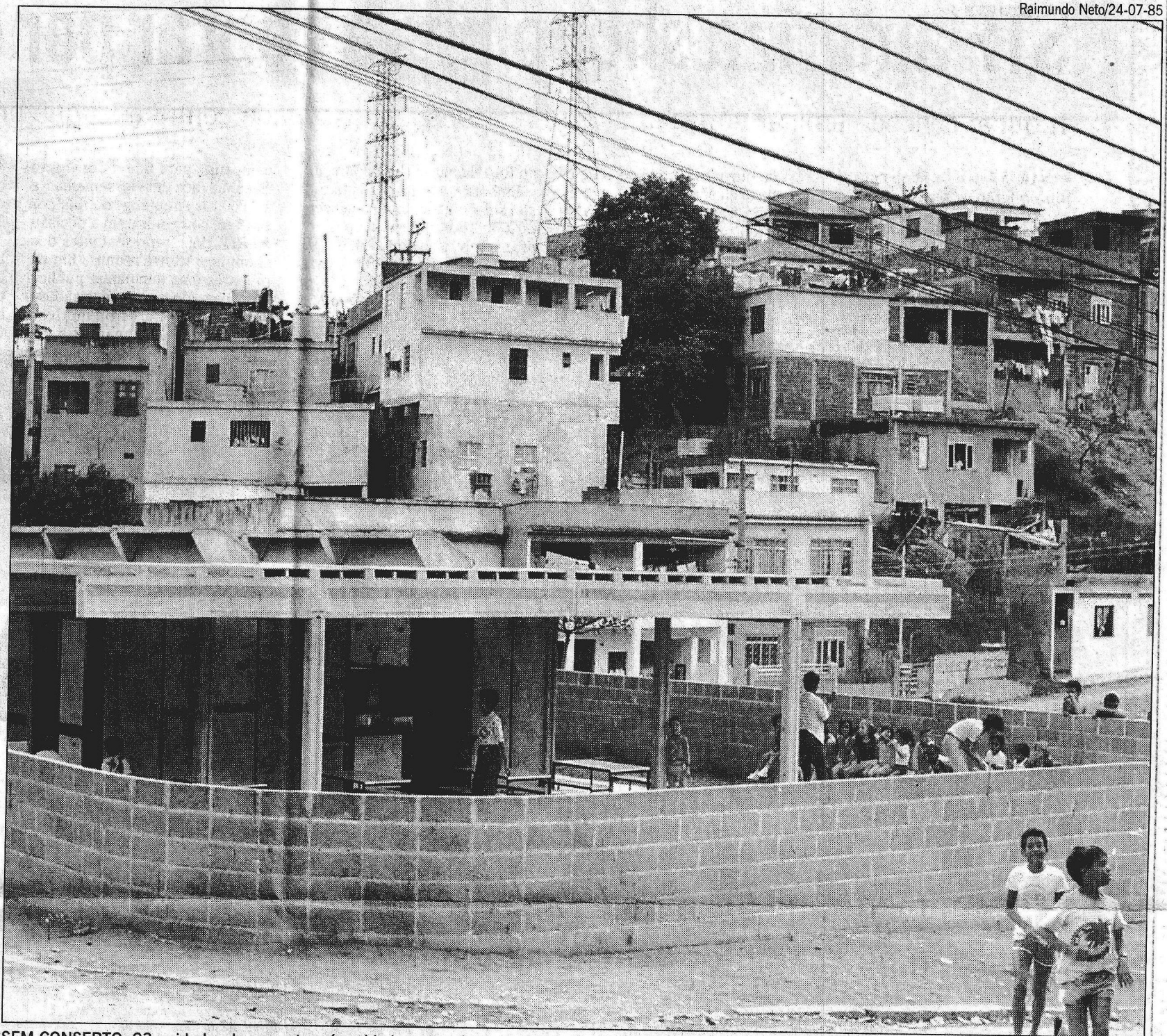
Subsecretária diz que agências cediam pessoal para políticos

Não é preciso ir longe para constatar que a educação não passaria numa prova que levasse em conta os recursos destinados ao setor e os efetivamente aplicados. A subsecretária de educação, Ana Galheigo, com base em pesquisas de âmbito nacional, afirma que somente um terço dos recursos chega efetivamente às escolas; um terço é gasto na máquina administrativa e um terço se perde antes mesmo de entrar no sistema. No Estado do Rio, a cessão informal de funcionários a políticos é a falta de controle sobre gastos com pessoal — um dos problemas apontados no relatório do Tribunal de Contas do Estado — levou a Secretaria a acabar com todas as agências de educação, que intermediavam o contato das escolas com as coordenadorias regionais.

— Como a nomeação para as agências era feita por políticos, muitos funcionários, principalmente no interior, continuavam recebendo pela Secretaria, mas na verdade tinham sido cedidos informalmente a políticos da região. Estamos fazendo uma reengenharia administrativa, orçamentária e financeira para superar esses problemas. O objetivo é descentralizar radicalmente a gestão e dar autonomia às escolas — declarou Ana Galheigo.

Segundo ela, as mudanças começarão a ser percebidas ano que vem, com a implantação do fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. As escolas receberão recursos de acordo com o número de alunos. Para evitar que esse número cresça abruptamente como forma de justificar mais recursos, a subsecretária informou que está sendo feito um cadastramento dos alunos e que, a partir de agosto, o controle da movimentação de profissionais será atualizado a cada mudança.

— As escolas ficarão com os recursos, cuja aplicação será fiscalizada pela associação de pais e professores de cada unidade.



SEM CONCERTO: 93 unidades de concreto pré-moldado construídas na década de 80 estão sem peças de reposição desde a desativação da fábrica da Riocop